Eixo Capital



MILA FERREIRA (INTERINA)
milaneivaf@gmail.com

MPDFT apura ausência de profissionais da rede pública de saúde



Ed Alves CB/DA Press

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) instituiu um Grupo de Trabalho para apurar a ausência de profissionais da rede pública de saúde no DF e os impactos disso no atendimento à população. De acordo com a promotora Hiza Carpina, da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (Prosus), ao realizar inspeções e requisição de informações às unidades de saúde, o Ministério Público percebeu um alto percentual de absenteísmo.

"Eram tantos afastamentos de curta duração quanto de longa duração. Percebemos que isso afeta a Secretaria de Saúde como um todo. A partir dessa constatação inicial, fizemos requisição ao Subsaúde, que é o órgão responsável pelo acompanhamento do afastamento dos servidores públicos do DF, buscando um diagnóstico mais pormenorizado da situação. Buscamos avaliar o absenteísmo por categoria profissional, por unidade para tentar entender o fenômeno sob diversos ângulos também buscando o impacto financeiro direto. O absenteísmo tem custos indiretos, e o principal é o prejuízo para a assistência à população", disse a promotora.

Tecnologia para auditar atestados

Questionada quanto às ausências dos profissionais de saúde, a governadora Celina Leão (PP) informou que o GDF está usando tecnologia para auditar atestados médicos de servidores públicos. "Estamos usando tecnologia para combater esse tipo de problema. Temos uma percepção diária desse problema denunciado pelo Ministério Público. Todos os dias, eu abro o painel da presença da mão de obra na rede pública. Tem dias que é 50% de falta. Nós vamos reagir. Estamos trabalhando e, em janeiro, teremos novidades sobre isso", disse Celina.

"Estamos melhorando os espaços públicos, estamos contratando mais médicos. Mas, de qualquer forma, teremos atestados auditados, com instituições que vão fazer verificações. Temos que fazer um choque muito forte nessa área. O que o MP trouxe é real, não adianta eu continuar contratando e continuar com o absenteísmo que temos hoje na rede pública. Nós vamos enfrentar isso de frente", acrescentou a governadora.



Ed Alves CB/DA Press

Paulo Gontijo/CB/D.A Press



Limpeza pública

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) aprovou, nesta semana, o Projeto de Lei nº 2.221/2026, do Poder Executivo, que institui o Sistema Fiscaliza Cidadão no âmbito do aplicativo e-GDF e cria instrumento de incentivo à participação social no combate aos atos lesivos à limpeza pública. De acordo com a governadora Celina Leão, o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) gasta quase R$ 6 milhões por mês com lixo irregular, isto é, aquele que é jogado fora das lixeiras e coletores. "Você não quer ser fiscalizado? É só não jogar o lixo no meio da rua", ressaltou a governadora.



Reprodução

Mutirão racial

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) participa, pelo segundo ano consecutivo, do Mutirão Racial de Impulsionamento de Processos com Ênfase na Temática Racial. O projeto é coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e integra o Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial. O objetivo do mutirão é agilizar a tramitação dos processos referentes a crimes de racismo e injúria racial, a direitos de povos indígenas e comunidades quilombolas e a situações de trabalho análogo à escravidão e de trabalho doméstico. Entre 1º de agosto e 23 de novembro deste ano, o TJDFT já impulsionou mais de 90% dos processos aptos ao Mutirão Racial, sendo que mais de 50% desse total recebeu impulso em novembro.



Carolina Curi/Agência CLDF

Ricardo Vale anuncia Patrulha das Feiras

O deputado distrital Ricardo Vale (PT) cobrou, na última terça-feira, no plenário da Câmara Legislativa, melhorias na estrutura e na segurança das feiras do Distrito Federal. A caminho do terceiro mandato, o parlamentar anunciou a criação da Patrulha das Feiras, iniciativa permanente que vai percorrer as feiras do DF para verificar as condições de trabalho dos feirantes e de atendimento ao público e cobrar providências do GDF.

"O feirante não vive de anúncio. Vive de telhado que não pinga e de luz que não dá choque", afirmou Ricardo Vale. O deputado também cobrou banheiros em funcionamento e mais segurança para quem trabalha e faz compras nesses espaços. "Com a Patrulha das Feiras, vamos percorrer cada feira do DF, fiscalizar e cobrar até o governo fazer a parte dele."

Associação de funcionários do Banco do Brasil entra para grupo de excelência da Previdência

A Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB), que reúne 87 mil associados em todo o país, conquistou o selo ouro do Ministério da Previdência Social, reconhecimento máximo do programa Patrocinadores do Futuro. A entidade integra um grupo de 51 instituições premiadas, que inclui o Banco do Brasil e a Previ, maior fundo de pensão do país. A certificação destaca boas práticas de educação previdenciária, responsabilidade social e proteção financeira dos associados, em um momento de crescente atenção à segurança da aposentadoria no Brasil. A cerimônia oficial de entrega do Selo Patrocinadores do Futuro será realizada em 3 de dezembro, no Auditório Celso Furtado, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em Brasília.

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

ECONOMIA

Governadora condicionou futuro da instituição à proteção do patrimônio: "A situação do banco precisa que seja tomada uma decisão final, em até duas semanas, para que se preserve o BRB", afirmou a chefe do Buriti, em agenda na Estrutural

Celina quer BRB público

» BEATRIZ MASCARENHAS
» IAGO MAC CORD
» CARLOS SILVA
» MILA FERREIRA

A governadora Celina Leão (PP) afirmou, ontem, que trabalhará até o fim das negociações para manter o Banco de Brasília (BRB) como uma instituição pública e regional. A declaração foi dada durante visita ao Centro de Referência de Assistência Social (Cras) da Estrutural. Na ocasião, a chefe do Executivo rebateu críticas de que teria mudado de posição em relação ao que defendeu durante a campanha eleitoral, quando prometeu fortalecer o banco e evitar sua federalização ou quebra.

"A minha tentativa, até o fim, é de manter esse banco público. E é isso que eu estou tentando. Então, não mudei discurso nenhum. Se fosse para privatizar, na primeira semana depois de ter ganhado a eleição, eu poderia ter privatizado. A minha tentativa, como governadora, é manter esse banco público. Por quê? Porque ele é fundamental. Não mudei o discurso", destacou Celina, acrescentando que também atua para preservá-lo como banco regional.

Apesar da defesa pela manutenção do controle estatal, a governadora condicionou o desfecho das tratativas à proteção dos ativos da instituição e a variáveis externas ainda em avaliação. "Hoje, a situação do banco precisa que seja tomada uma decisão final para que se preserve ali o patrimônio do BRB. Então, a decisão de privatização ou de não privatização depende de uma série de outros fatores", explicou a gestora, ao reiterar que não é mais possível esperar além das duas semanas estipuladas para bater o martelo.

No âmbito institucional, Celina negou ter participado presencialmente de uma reunião no Banco Central (BC) na quarta-feira (25/11) ao lado do presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza. Segundo a governadora, a agenda da véspera foi um encontro interno da própria autarquia. Ela ressaltou, porém, que mantém diálogo constante com o órgão regulador para buscar uma saída para a estatal.

De acordo com Celina, ela própria se reúne quase semanalmente com representantes do Banco Central, acompanhada de sua equipe técnica. Já o presidente Nelson Antônio de Souza trata do assunto com a autarquia quase diariamente.

Procurados pelo **Correio**, o presidente do BRB e a assessoria de imprensa da instituição financeira não responderam aos questionamentos da reportagem.

Divulgação



Governadora deu as declarações durante visita ao Centro de Referência de Assistência Social (Cras) da Estrutural

Possibilidades

O Banco de Brasília (BRB) dificilmente conseguirá superar a crise financeira apenas com a geração de lucros das próprias operações, avalia o economista e professor do Ibmec Brasília Renan Silva. Segundo ele, o prejuízo estimado em R$ 8,8 bilhões relacionado aos ativos problemáticos adquiridos do Banco Master supera em múltiplas vezes o patrimônio histórico da instituição e exige uma solução externa. Entre as alternativas, estão uma injeção de capital, a venda de ativos ou a transferência de controle acionário.

"Minha percepção é de que o BRB não tem condições de se recuperar, exclusivamente, por meio de geração orgânica de lucros no curto prazo", afirma. Para o economista, o cenário mais provável envolve uma reestruturação das operações, com a separação dos ativos problemáticos e a negociação de carteiras consideradas saudáveis com instituições financeiras privadas.

Silva explica que a questão também compromete a capacidade de captação de recursos do banco. Para cumprir os índices mínimos de Basileia exigidos pelo Banco Central (BC), as instituições financeiras precisam manter capital próprio proporcional aos riscos assumidos em suas operações. No caso do BRB, a ausência de balanços auditados publicados e os rebaixamentos de classificação de risco dificultam o acesso ao mercado e encarecem a obtenção de recursos.

"O custo de captação do BRB no mercado disparou, asfixiando suas margens operacionais", avalia. Na visão do professor, uma possibilidade seria o GDF isolar os ativos problemáticos relacionados ao Master e negociar parte das operações comerciais com parceiros estratégicos, preservando uma estrutura pública mais enxuta voltada ao fomento.

Sobre a possibilidade de a Caixa Econômica Federal assumir o BRB, Renan Silva considera que a alternativa enfrenta dificuldades políticas e financeiras. Embora a governadora Celina Leão tenha mencionado o interesse na preservação do banco público e apontado a instituição federal como uma possível alternativa, o economista avalia que a transferência de controle não seria simples.

"O Ministério da Fazenda e o Tesouro Nacional negaram publicamente a existência de tratativas para federalizar o BRB", ressalta. Segundo ele, a União teria de assumir os riscos relacionados aos passivos bilionários e às contingências judiciais decorrentes das investigações sobre as operações com o Banco Master.